

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com a **Lei Federal 14.133/21**, com base nas indicações do **Estudo Técnico Preliminar**, prestando as informações necessárias para o melhor atendimento à execução da obra descrita a seguir.

2. OBJETO

2.1. **CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA) - NO BAIRRO ALDEIA DE BARUERI**, conforme descritivo, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Nos termos do § 10º do artigo 80 da Lei 14.133/2021 somente poderão participar deste certame as empresas devidamente pré-qualificadas tecnicamente, que possuam o Certificado de Pré-Qualificação vigente emitido pela Prefeitura de Barueri, em conformidade com o Edital de Pré-Qualificação nº 004/2026.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, exigindo intervenções multidisciplinares contínuas. Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo na identificação de casos.

4.2. Nas últimas décadas, observa-se um aumento consistente na prevalência do transtorno do espectro Autista (TEA) em âmbito nacional e mundial. Dados da Organização Mundial da Saúde e do estudo Global Burden of Disease, indicam que, em 2021, cerca de 1



em cada 127 indivíduos no mundo era autista, o que corresponde a aproximadamente 0,8% da população global.

4.3. No Brasil, O Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) identificou 2,4 milhões de pessoas com diagnósticos de TEA, representando aproximadamente 1,2 % da população, e revelou que 2,6% das crianças de 5 a 9 anos (1 em cada 38) apresentam diagnóstico de autismo.

4.4. Tais números confirmam que o transtorno deixou de ser uma condição rara para apresentar importante impacto em saúde pública, exigindo a ampliação e a qualificação de rede de serviços especializados, em especial de centros voltados à avaliação, intervenção precoce e apoio às atividades diárias.

4.5. No município, esse crescimento se reflete diretamente na elevação da demanda por serviços especializados capazes de promover o desenvolvimento funcional, autonomia e a integração social das pessoas com TEA. O perfil das famílias atendidas demonstra a necessidade de espaços estruturados que possibilitem intervenções terapêuticas integradas, apoio comportamental, orientações às famílias e atividades que estimulem as habilidades adaptativas, cognitivas, motoras e sensoriais.

4.6. Crianças, adolescente e adultos com transtorno requerem ambientes desenhados de forma apropriada às suas necessidades, como controle de luminosidade, minimização de estímulos sonoros, áreas de integração sensorial, salas de terapia individual e coletiva, espaços de acolhimento e ambientes seguros que respeitem as particularidades comportamentais e perceptivas.

4.7. Associado a isso, estudos demonstram que ações precoces e contínuas, realizadas em espaços adequados e com abordagem interdisciplinas, produzem impacto significativo na evolução clínica, funcional e social. Ambientes terapêuticos específicos permitem trabalhar habilidades comunicativas, regulação emocional, autonomia nas atividades da vida diária, adaptação escolar, desenvolvimento motor, organização sensorial e estratégias de socialização.



4.8. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a construção de um centro não apenas para ampliar a capacidade de atendimento municipal. Como também promover a qualidade, continuidade e efetividade no cuidado das pessoas com TEA, alinhando-se às políticas de inclusão, saúde mental e desenvolvimento humano.

4.9. Por conseguinte, solicitamos a abertura de processo licitatório para a CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA) - NO BAIRRO ALDEIA DE BARUERI.

5. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A solução proposta consiste na construção de um novo centro para pessoas com transtorno espectro autista, abrangendo todos os serviços de engenharia, infraestrutura, arquitetura, instalações e acabamentos necessários para a implantação de um equipamento referencial totalmente adequado às exigências técnicas, legais, pedagógicas e funcionais. A contratação se justifica pela necessidade iminente de um centro especializado para atender crianças, adolescente e adultos com transtorno do espectro autista, com ambientes amplos, confortáveis, controlados sensorialmente e adequados às atividades terapêuticas especializadas.

4.2. O projeto arquitetônico incorpora premissas da inclusão, acessibilidade universal, segurança, eficiência energéticas, sustentabilidade e desempenho acústico e térmico, garantindo atendimento humanizado, acolhedor e funcional para os usuários e profissionais.

4.3. O novo centro de referência de transtorno espectro autista contará com:

- Espaços de convivência/ interações;
- Biblioteca;
- Espaços de leitura;
- Sala de atendimento psicossocial;
- Sala de atendimento de familiares;



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

- Consultórios;
- Enfermaria;
- Refeitório;
- Copa;
- Sala de reunião
- Área aquática (piscina, vestiários, banheiros, arquibancadas);
- Quadra poliesportiva
- Horta;
- Estacionamento;
- Auditório;
- Jardim sensorial
- Oficinas (pintura, teatro, artes manuais, música, arte sensorial, dança, jogos, interativas)
- Salas administrativas (coordenação, direção, secretaria e arquivo)
- Sala de Atividade de vida diária -AVD (cozinha, higiene, organização, profissional)

4.4. A implantação da nova unidade será realizada em terreno já pertencente ao município, com possibilidade de isolamento da área durante a obra, o que garante segurança operacional e eficiência na execução dos serviços, minimizando impactos à vizinhança e permitindo o planejamento da obra.

4.5. Dessa forma, a solução adotada contempla de forma integral os aspectos técnicos, legais, pedagógicos e socioambientais necessários para a implantação de uma construção moderna, segura, funcional e eficiente, garantindo o pleno exercício do direito à inclusão e acessibilidade com infraestrutura compatível com os padrões de qualidade esperados pelo poder público e pela comunidade local.

4.6. A prestação do serviço se dará em conformidade com o previsto no Estudo Técnico Preliminar, projeto básico de arquitetura, especificações técnicas do Memorial Descritivo, planilhas



orçamentárias e no futuro Termo de Referência que são elaborados pelos setores competentes.

4.7. Resumidamente a execução do serviço contemplará:

4.7.1. Serviços preliminares: atividade que compreendem: a limpeza inicial do local da obra, a instalação de proteção contra pedestres, enfim, a preparação inicial das necessidades que permitem o desenvolvimento dos trabalhos a realizar.

4.7.2. Fundação: Os serviços de fundação compreendem a locação, escavação, regularização do terreno, execução de base em concreto magro, armação e concretagem dos elementos estruturais, seguindo o projeto e as normas técnicas vigentes, garantindo estabilidade e segurança da edificação.

4.7.3. Estrutura: A estrutura será executada em sistemas pré-moldado e metálico, envolvendo o fornecimento, montagem e fixação dos elementos estruturais conforme projeto executivo, garantindo precisão, estabilidade e desempenho conforme as normas técnicas aplicáveis.

4.7.4. Vedos: são elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural, essenciais para estruturar e/ou delimitar os ambientes. Consideram-se alvenarias externas e internas.

4.7.5. Vedos (demolição): Demolição de elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural. Consideram-se alvenarias externas e internas.

4.7.6. Impermeabilização: A impermeabilização é o processo utilizado para tornar uma superfície ou estrutura resistente à passagem de água, evitando infiltrações e danos causados pela umidade. O objetivo principal é proteger os materiais e garantir a durabilidade das construções, prevenindo problemas como mofo, corrosão e deterioração.



4.7.7. Cobertura: proteção da construção contra elementos externos, e sua escolha de materiais e técnicas depende de fatores como clima, tipo de edificação e orçamento disponível.

4.7.8. Esquadrias de madeira: As esquadrias de madeira devem obedecer rigorosamente às dimensões especificadas em projeto. Toda madeira empregada na execução de esquadrias deve estar seca, isenta de nós, empenamentos e rachaduras. O núcleo das portas, independentemente do tipo, deve possuir espessura tal que garanta o perfeito embutimento das fechaduras, não apresentando folga ou sobressalto. Os batentes devem ser fixados por parafusos de madeira, impermeabilizados, previamente chumbados na alvenaria com argamassa de cimento e areia 1: 3, havendo no mínimo 3 tacos para cada montante do batente.

4.7.9. Esquadrias metálicas: Todo o material a ser empregado, deve ser de boa qualidade e sem defeito de fabricação, ou falhas na laminação. Todos os furos dos rebites ou dos parafusos devem ser escariados e as asperezas limadas. Todas as junções por justaposição, quer que sejam feitas por meio de parafusos, rebite ou soldas por pontos, devem ter os pontos de amarração espaçados em 8 cm no máximo, havendo sempre pontos de amarração nas extremidades.

4.7.10. Instalações Elétricas: São elementos para fornecer energia elétrica de forma segura e eficiente, envolvendo a utilização de componentes elétricos como cabos, fios, disjuntores, tomadas, interruptores e dispositivos de proteção, para distribuir eletricidade a diferentes pontos de uso dentro do local.

4.7.11. Instalações Hidráulicas: São os sistemas de encanamento e distribuição de água para fornecer água potável envolvendo uma série de componentes, incluindo tubos, conexões, válvulas, torneiras, registros e bombas. Esses elementos são utilizados para transportar a água da fonte de abastecimento até os pontos de uso. São partes integrantes das instalações hidráulicas: sistema de esgoto, sistema de água pluvial.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

4.7.12. Revestimentos: São materiais aplicados sobre superfícies de paredes, pisos, tetos e outras áreas de uma construção, com o objetivo de proteger, decorar e proporcionar acabamento. São essenciais tanto para a funcionalidade quanto para a aparência de interiores e exteriores de imóveis.

4.7.13. Forros: Elementos de recobrimento interno sob as coberturas, visando isolamento térmico e/ou acústico; utilizados também para embutir tubulações em determinados ambientes; aplicação em diversos materiais.

4.7.14. Pisos: Materiais destinados à constituição e revestimento de pisos em ambientes internos e áreas externas à construção.

4.7.15. Vidro: Os serviços de vidros e espelhos envolvem o fornecimento, corte, lapidação e instalação conforme projeto, com fixação e vedação adequadas, assegurando alinhamento, segurança e acabamento estético de qualidade.

4.7.16. Pintura: Acabamento final para dar proteção contra intempéries, umidade, sujeira e desgastes às paredes, conservação de elementos metálicos evitando a corrosão e conservação de elementos de madeira, evitando a absorção de água e de umidade, proporcionando também o embelezamento das superfícies.

4.7.17. Serviços Complementares: Serviços diversos visando à preparação e cuidados na obra, sendo os serviços complementares os que vão garantir a entrega da obra em perfeito estado de utilização para os usuários, objetivando higiene e estética ideais.

4.7.18. Paisagismo: A preparação do terreno a receber a vegetação artificial deverá ser feita de maneira que todo e qualquer tipo de vegetação rasteira ou entulho existente seja retirado, possibilitando assim a colocação da base para implantação do gramado sintético, instalação dos equipamentos, recreação e dos mobiliários urbanos.



4.7.19. Serviços técnicos: atividades especializadas realizadas por profissionais qualificados para garantir o planejamento, execução, controle e manutenção de projetos e obras. Isso inclui análise, consultoria, elaboração de projetos, inspeção, testes, cálculos, entre outros serviços que asseguram a viabilidade, segurança e qualidade das construções e sistemas, conforme as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

4.7.20. Pavimentação: Os serviços de pavimentação compreendem a execução de guias e sarjetas, incluindo forma, concretagem e acabamento, conforme alinhamentos e níveis definidos em projeto, assegurando o correto escoamento das águas pluviais.

4.7.21. Andaimetes metálicos: Em todos os trabalhos executados em fachadas ou em qualquer atividade elevada do solo, deverão ser utilizados andaimes metálicos de encaixe. Os andaimes deverão ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas a que estarão sujeitos e de forma que tenham altura que permita o trabalho, ou seja, a mobilidade, o acesso de pessoas e materiais, segundo as determinações da NR18. Deverão estar bem firmes e escorados, tendo seus montantes apoiados sobre calços ou sapatas, capazes de resistir aos esforços e às cargas transmitidas e serem compatíveis à resistência do solo. Não será admitida a utilização de emendas nas tábuas utilizadas como piso sobre os andaimes. O contraventamento é necessário e será feito na diagonal. Deverá sempre existir guarda-corpo.

4.8. O serviço envolve atividades técnicas com base no conhecimento prático aplicados ao planejamento, desenvolvimento e execução de uma obra.

4.9. Diferentemente de uma obra comum ou da prestação de serviços padronizados, o presente objeto caracteriza-se, como obra/serviço especial de engenharia, conforme definição estabelecida pela Lei nº 14.133/2021.

4.10. Tal enquadramento decorre de suas características técnicas e complexas, execução de estrutura metálica especial, estrutura pré-moldada, soluções de engenharia multidisciplinares



e integração de diferentes sistemas construtivos, exigindo elevado grau de especialização técnica e capacidade operacional da contratada.

4.11. Com base no inciso XXXIII, do artigo 6º da Lei 14.133/2021, a Administração opta pelo regime de contratação semi-integrada, no qual fornecerá o projeto básico, enquanto o contratado será responsável pela elaboração dos projetos executivos, projetos complementares, execução da obra, fornecimento de bens, montagem, teste, e demais atividades necessárias para a entrega final do objeto.

5. LICENCIAMENTOS

5.1. Quanto à eventual elaboração de **Relatório de Impacto Ambiental**, este não se faz necessário no presente caso, vez que o serviço/obra não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 2º, da Resolução CONAMA 001/1986, ou seja, a sua execução não se mostra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

5.2. A expedição de **Alvará de Construção** se mostra prescindível, haja vista que tal procedimento carece de norma municipal prevendo sua exigência e ainda, requerer que a Administração Municipal solicite para si mesma a referida autorização, mediante a anuência expressa de seus próprios órgãos técnicos, configuraria formalidade excessivamente burocrática, o que deve ser repelida, sob pena de afronta aos princípios constitucionais da legalidade e, sobretudo, da eficiência, ambos esculpidos no "caput" do artigo 37, da Constituição Federal.

5.3. Caso haja necessidade de licenciamento ambiental do serviço/obra, autorizações de órgãos como CETESB, Polícia Federal, Secretaria do Meio Ambiente, DAEE, e outros órgãos, caberá à detentora/contratada tomar todas as providências para a obtenção das licenças, autorizações, regularizações, etc., bem como, os custos inerentes a tais procedimentos.

5.4. A presente contratação visa gerar impactos ambientais, uma vez que a contratada para a realização da obra e serviços de engenharia deverá realizar com responsabilidade ambiental, visando à economia da manutenção e operacionalização, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais considerando a composição, características ou componentes sustentáveis que reduzam o impacto ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo II.

5.5. A geração de resíduos sólidos comuns à obra de construção civil, tem previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

6. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

6.1. A decisão pela vedação à participação de empresas reunidas em consórcio fundamenta-se no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, sendo pautada por uma análise criteriosa que correlaciona a estrutura do mercado com a natureza executiva do objeto. Embora o valor do investimento seja expressivo, o objeto não se enquadra tecnicamente como obra de grande vulto, conforme a definição do artigo 6º, inciso XXII da referida Lei, tratando-se de uma tipologia construtiva com metodologias executivas consolidadas e amplamente difundidas. A análise de mercado prévia demonstrou a existência de um universo robusto de empresas que detêm, de forma isolada, os requisitos de qualificação técnica e capacidade operativa necessários, o que torna a formação de consórcios prescindível como mecanismo de ampliação da competitividade, visto que o setor já atende plenamente à demanda de forma individualizada.

6.2. Sob a ótica da engenharia, é preciso destacar que, embora o consórcio constitua formalmente uma unidade jurídica perante o edital, a realidade da execução contratual frequentemente revela uma fragmentação operativa prejudicial. Na prática, empresas consorciadas tendem a dividir frentes de serviço de forma estanque, operando com quadros técnicos, culturas administrativas e equipamentos distintos, o que compromete a linearidade e a unidade

de comando essenciais em obras públicas. Essa segmentação introduz riscos críticos às interfaces técnicas, como no controle tecnológico de materiais e sistemas de instalações, onde a ausência de uma estrutura hierárquica única dificulta a padronização e a rastreabilidade de responsabilidades em caso de falhas executivas ou patologias precoces.

6.3. Soma-se a isso o agravante de que consórcios são, por natureza, associações temporárias e episódicas, constituídas exclusivamente para o escopo de um contrato específico. Esse caráter transitório pode acarretar um menor grau de compromisso institucional e reputacional de longo prazo com a Administração Pública, uma vez que a estrutura consorciada se dissolve após a entrega do objeto, ao contrário de uma empresa individual que zela por seu acervo e permanência contínua no mercado. O risco de descompromisso mútuo entre as consorciadas diante de imprevistos pode levar à paralisia do cronograma físico-financeiro, visto que a diluição das obrigações facilita o surgimento de impasses internos que acabam sendo transferidos para o poder público sob a forma de atrasos ou abandono de frentes de serviço.

6.4. A centralização da execução em uma única empresa assegura a integridade do nexos causal e a segurança jurídica, garantindo um interlocutor direto e unívoco para a fiscalização. Ressalte-se, por fim, que as exigências de habilitação técnica foram dimensionadas de forma estritamente proporcional, exigindo que a contratada possua solidez operacional própria. Assim, ao evitar o fenômeno do mero "empréstimo de atestados" por entidades que não possuem o mesmo nível de engajamento operacional e financeiro, a Administração age em prol do princípio da eficiência, buscando minimizar riscos e assegurar a entrega final do empreendimento com a qualidade e o rigor técnico exigidos pela engenharia pública.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O Prazo de vigência do Contrato será de **720 (setecentos e vinte) dias**, podendo ser prorrogado na forma da lei.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

7.2. O Serviço será executado na área situado na Alameda Wagih Salles Nemer - Aldeia de Barueri.

7.3. A execução do objeto será a partir da emissão da ordem de início, estabelecido pela Secretaria de Obras.

7.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, é de cinco anos, conforme artigo 618 do Código Civil:

"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais e do solo."

8. REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da ordem de início.

8.2. Em caso de eventuais necessidades, os preços contratados poderão ser reajustados, de comum acordo entre as partes, caso seja ultrapassado o prazo contratual, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE - IPOP - Edificações Geral**, ocorrida entre a **DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DATA BASE - I0)** e o **DECURSO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**.

8.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 9.787, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos alocados na Secretaria de Obras, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato, anotando toda e qualquer ocorrência.

9.6. No caso de se contatar irregularidades deverá notificar a Contratada para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.9. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para sua tramitação, o término do contrato



sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

10.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

10.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

10.6. Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

10.7. Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.



10.8. Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

10.9. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

10.10. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

10.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

10.12. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

10.13. Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

11.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.



11.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

11.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

11.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação;

11.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser apresentadas de acordo com a Ordem de Serviço correspondente, que deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

11.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

11.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

11.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

12. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contatos a data de pagamento da medição final.

12.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13. CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

13.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1.1. Prova de Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo de **R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais)**.

13.1.2. Justifica-se este pedido, ao abrigo do **art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente.

13.1.3. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias**.

13.1.4. Caução, seguro garantia ou fiança bancaria, deverá ser no valor estipulado de 1,0% (um por cento), sobre o valor base estimado para contratação, conforme art. n.º 58 e seus parágrafos da Lei 14.133 de 2021.

13.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

13.2.1. Prova de Registro no **CREA** ou **CAU**;



13.2.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo CREA/CAU, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às apresentadas a seguir, que são as que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo

- **ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTÍNUA**
- **ARMADURA EM AÇO CA-50**
- **ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ MOLDADO**
- **ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA**
- **TELHA TRAPEZOIDAL DUPLA EM AÇO**
- **SISTEMA DE AR CONDICIONADO EM ÁREA ESPECIFICA**
- **CORTINA EM ALUMINIO ANODIZADO**

13.2.3. A Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional(is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA e pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 (CAU) e relacionadas à execução e/ou fiscalização dos serviços;

13.2.4. O Licitante deverá apresentar, no ato da proposta, declaração de indicação de responsável técnico legalmente habilitado conforme critérios estabelecidos no presente edital.

13.2.5. O(s) profissional(is) detentor(es) da CAT, deverá(ão) ter vínculo com a Licitante na data da celebração do contrato. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) detentor(es) da CAT pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os

requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

13.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

13.3.1. Atestado(s) em nome do Licitante, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obras, e/ou serviços de características semelhantes ou similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente, similares ou superiores às apresentadas a seguir, que são às que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo:

- ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTÍNUA.....2.300,00 M
- ARMADURA EM AÇO CA-50.....74.350,00 KG
- ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ MOLDADO.....950,00 M3
- ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA.....73.950,00 KG
- TELHA TRAPEZOIDAL DUPLA EM AÇO.....1.725,00 M2
- SISTEMA DE AR CONDICIONADO EM ÁREA ESPECÍFICA
- CORTINA EM ALUMÍNIO ANODIZADO, BRONZE, VIDRO 8MM, REFLEXIVO, COM CONTROLE SOLAR + PVB VERDE.....495,00 M2

NOTA: Pode-se analisar que as exigências são "quantidades razoáveis", considerando a dimensão dos serviços, e mais, não ultrapassam 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida.

13.3.2. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Coordenador(es) pelas obras/serviços, objeto desta Licitação.

13.3.3. Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

13.4. B.D.I



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

13.4.1. Demonstração da composição do B.D.I., em conformidade com o modelo e os critérios estabelecidos em anexo.

13.5. ENCARGOS SOCIAIS

13.5.1. Foram adotados para os itens de Encargos Sociais de 136,73%, conforme SIURB.

13.5.2. A Licitante deverá encaminhar demonstrativo de Encargos Sociais.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR

14.1. Conforme planilha orçamentaria base, que é parte integrante do processo licitatório, estima-se que o valor global **R\$ 63.999.979,74 (sessenta três milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos))** para execução da prestação do objeto.

14.2. A planilha orçamentária da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB) integra referenciais de diversas bases de dados nacionais e complementares para garantir o alinhamento e consistência com padrões oficiais.

14.3. Com objetivo de garantir a transparência, a planilha orçamentária PMB é publicada, em meio oficial, com periodicidade semestral, assegurando a atualização dos dados e cumprimentos dos critérios de controle adotados pela Administração.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de **"menor preço global"**.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de Obras.



17. NOTA FINAL

17.1. O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.

17.2. Este Termo de Referência originou-se com base no **Estudo Técnico Preliminar**, caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.

17.3. Em todos os casos omissos, respeitar-se-á as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal n.º 9.787/23.**

Barueri, 16 de março de 2026.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



Assinaturas do documento



"Termo_de_Referência_Req._00003199_2026"

Código para verificação: **PRJF4DEL**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS** (CPF: ***.518.248-**) em 30/04/2026 às 13:20:26 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 22/07/2025 - 08:26:46 e válido até 22/07/2028 - 08:26:46.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e o código **PRJF4DEL** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.